

**ELOGIO DE TANCREDO NEVES, PRESIDENTE ELEITO DO BRASIL, NO
DIA DO SEU DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* NA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**

(30 de Janeiro de 1985)

Senhor Vice-Reitor

Senhor Primeiro-Ministro e Senhores membros do Governo

Senhor Embaixador do Brasil

Senhor Reitor Honorário

Senhores Reitores

Excelentíssimas Autoridades

Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra

Sapientíssimos Doutores

Senhores Estudantes, Senhoras e Senhores

Um Professor da minha Faculdade, o Doutor Orlando de Carvalho, disse um dia nesta mesma Sala, com a autoridade que todos lhe reconhecem e com a coragem que todos respeitam, que, infelizmente, alguma vez se terá transformado “esta cerimónia numa função lamentavelmente profana – e, nalgum caso, tragicamente grotesca – em relação ao espírito a que verdadeiramente pertencemos.”

Tenho a certeza de que todos concordarão comigo em que não é este o caso de hoje. Desta vez, os sinos da velha torre convocaram a comunidade universitária para uma cerimónia que não é apenas mais uma a juntar ao historial de quantas já aqui se realizaram e com as quais tem em comum este mesmo ambiente a um tempo austero e exuberante,

esta mesma gala de damascos e de murças doutorais, este mesmo ritual lento e compassado, esta mesma alegria dos dias de festa. A sessão solene de hoje reúne todas as condições para se constituir em momento alto da nossa Universidade e em instrumento privilegiado do esforço necessário para a concretização de alguns dos mais fundos anseios dos povos de Portugal e do Brasil.

Mandam os Estatutos pombalinos que em cerimónias como esta “deverão os oradores empenhar-se em que nelas se faça ver o merecimento do doutorando de um modo sério e grave como convém a um tal auditório.” Esta a tarefa que me cabe, por delegação da minha Escola, a Faculdade de Direito de Coimbra.

Faço-o com a maior alegria, o que bem se compreenderá pelas muitas razões que todos deduzirão e ainda por esta de ordem estritamente pessoal: é que nesta Sala Grande dos Actos prestei provas públicas de doutoramento, com uma dissertação cujo tema é, precisamente, *A Economia Política do ‘Modelo Brasileiro de Desenvolvimento’*.

Procurarei honrar o mandato o melhor que souber, “ainda que para o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer”, para usar as palavras de Pero Vaz de Caminha, na carta que escreveu a El-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. E assim como o cronista, dirigindo-se ao seu rei, pedia “Tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade”, assim eu lhe peço, Senhor Vice-Reitor, tome Vossa Excelência minha ignorância por boa vontade.

Sei bem que a solenidade e o significado profundo deste Acto não dependem das palavras que eu aqui disser. Parafraseando um dito da nossa gente, direi, porém, que elas são pobres mas honradas. E cuido que a honradez é a virtude que acima de todas se impõe quando se trata da Universidade.

A solenidade deste Acto de ‘sagração’ vem-lhe sobretudo da história da mais antiga universidade portuguesa e do ritual próprio que os séculos consagram. Para que se cumpram os Estatutos e a praxe coimbrã, esta cerimónia será sempre «a mais solene e pomposa de todas as acções académicas».

O significado deste Acto, grande entre todos os que integram a vida universitária, ressalta desde logo da presença aqui de tão grande número de doutores de todas as

Faculdades e da presença das muitas personalidades que quiseram partilhar com a Universidade de Coimbra, e especialmente com a sua Faculdade de Direito, a alegria deste momento.

Mas o seu significado mais profundo sempre resultará do facto de ser nele figura central a pessoa de Vossa Excelência, senhor Presidente eleito da República Federativa do Brasil.

Esta é, com efeito, minhas senhoras e meus senhores, a personalidade que hoje se apresenta a pedir a sua investidura solene como Doutor da Faculdade de Direito de Coimbra. Descendente de um português da Ilha Terceira que no século XVIII emigrou para terras do Brasil, Tancredo de Almeida Neves impôs-se, pelas suas qualidades de inteligência e de carácter, como personalidade marcante da vida brasileira, distinguido com os mais altos galardões no seu País e no estrangeiro.

Tancredo Neves é licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais e titular de uma Pós-graduação em Finanças e Economia.

Nomeado Promotor de Justiça, viria a dedicar-se, porém, a partir de 1932, ao exercício da advocacia, actividade em que se afirmou com particular brilhantismo.

Em 1934 inicia a sua carreira política, tendo sido vereador e presidente da Câmara da sua terra. No seu Estado natal de Minas Gerais foi membro do Governo, *Leader* do seu partido na Assembleia Legislativa e, finalmente, em 1983 e 1984, Governador do Estado. No quadro da União, Tancredo Neves foi Deputado Federal, Senador, Ministro de Estado, da Justiça e Negócios Interiores, Primeiro-Ministro sob a Presidência de João Goulart, *Leader* do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição à ditadura militar, na Câmara dos Deputados.

O nosso ilustre hóspede exerceu também importantes funções públicas como Director da Carteira de Redescontos e Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE) e Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, para além de, por diversas vezes, ter representado no estrangeiro, em missões de relevo, o Governo do seu País e o Parlamento brasileiro.

“Os corpos académicos – escreveu um dia, num belo livro sobre *A Universidade Necessária*, o Professor Darcy Ribeiro – têm responsabilidades políticas iniludíveis na defesa do regime democrático, porque este é a condição essencial para o exercício fecundo e responsável das suas funções.”

E esta velha Universidade de Coimbra – quase tão velha como a nacionalidade portuguesa – recusa ser apenas uma Casa de cultos litúrgicos e de pomposas tradições que se esgotem na policromia dos azulejos, no colorido dos trajos académicos, nos acordes metálicos da sua chamarela. Quer assumir-se, humildemente e orgulhosamente, como Casa de trabalho e Casa de luta pelos valores perenes do Homem. E faz questão de incluir, entre as tradições de que mais se honra, a de, nos períodos mais negros da nossa história secular, sempre ter saído dela, pelo pensamento e pela acção de alguns dos seus membros mais ilustres, o gesto reconfortante que nos confirma na certeza de que, nas palavras de um poeta da minha geração coimbrã, “há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não!”

Compreende-se, por isso, que esta Universidade de Coimbra não pode deixar de receber de braços abertos alguém que, ao longo de toda a sua vida de homem público, nunca desertou da luta pelos ideais da democracia, da liberdade responsável e da tolerância fraterna, do humanismo universalista e da paz entre os povos, valores que, acima de todos, as universidades devem servir, como casas de cultura e como instituições morais que são.

Vossa Excelência, Senhor Presidente eleito do Brasil, podia ter chegado hoje aqui e usar as palavras de Ruy Barbosa, um dos maiores se não o maior vulto da ciência jurídica brasileira, para dizer a esta Congregação Universitária: “Vinte anos há que eu me mato, clamando aos meus concidadãos contra a imoralidade e a baixeza da força, apostolando-lhes a nobreza e a santidade da lei (...). Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, se não o mais irreconciliável inimigo do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis.”

Sabemos todos que as leis não são necessariamente ‘santas’, mas sabemos também que Vossa Excelência foi dos que, no seu País, esteve na primeira linha do combate contra aquelas leis com que se procurou cobrir “a imoralidade e a baixeza da força.”

Como na fala bíblica, podia Vossa Excelência dizer: “Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim, eu conheço os seus sofrimentos”. (*Êxodo*, III, 7)

E porque ouviu os clamores do seu povo e conhece os seus sofrimentos é que Tancredo Neves, minhas senhoras e meus senhores, sempre esteve ao lado do povo contra os seus opressores, contra aquilo que os Bispos e os Superiores Religiosos do Nordeste, num documento memorável, tornado público em 6 de Maio de 1973, no auge do chamado ‘milagre brasileiro’, designaram sem reбуço de “terrorismo oficial”, *terrorismo oficial* que – e cito aquele documento – “instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta, num crescente domínio do Estado sobre a vida particular dos cidadãos, recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato.”

E este combate contra o *terrorismo oficial* continuou-o Vossa Excelência, já depois de eleito Presidente do seu País, clamando publicamente por “um apoio total aos que lutam pela Democracia no Chile.”

Penso, Senhor Vice-Reitor, que entre as missões mais nobres que cabem à Universidade se conta a de contribuir para a concretização desse ideal – sublime entre todos – de aproximação e entendimento entre os povos, no respeito pelos princípios da independência nacional, dos direitos do homem, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da cooperação entre todos os povos do mundo para a emancipação e o progresso da humanidade, para a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado, pela criação de uma ordem internacional que assegure a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Estes são objectivos a que não devem ser alheias as universidades portuguesas, e particularmente a Universidade de Coimbra, uma vez que se trata de objectivos a que se encontra vinculada, nos termos constitucionais, a República Portuguesa.

Pois bem. Ao receber hoje entre os seus Doutores aquele que é o lídimo representante do povo brasileiro, a Universidade de Coimbra está a respeitar esse imperativo constitucional e moral, simbolizando esta sessão soleníssima o reencontro feliz de dois povos que souberam conquistar a sua liberdade.

Dir-se-á, porventura, não ter sentido pretender eu que o Acto que aqui nos congregou é importante pela contribuição que pode dar para uma aproximação mais real entre o povo português e o povo brasileiro. E isto porque, mais do que próximos, os nossos dois povos são povos irmãos. E é verdade: somos povos irmãos. Mas também é verdade que a tão falada comunidade luso-brasileira tem sido em grande parte mera flor de retórica para enfeitar discursos de circunstância.

A comunidade autêntica que gostaríamos de ver concretizada no dia a dia das nossas vidas colectivas dispensará o selo e a linguagem tabeliônica dos tratados. Ela existe no sentimento dos dois povos que o Atlântico une, ganha a sua autenticidade na autenticidade da própria história, nos laços de sangue, na matriz cultural comum. Ela tem a servi-la esse património inestimável que é a língua portuguesa, a língua de Camões e de Vieira; de Eça, de Ferreira de Castro e de Aquilino; a língua de Castro Alves e de Machado de Assis; de Graciliano, de Guimarães Rosa e de Lins do Rego; e de Torga; e de Jorge Amado; e de Mello Neto; e de José Gomes Ferreira – Língua que é também a de Baltazar Lopes, a de Amilcar Cabral e a de Agostinho Neto.

Mas é necessário que haja vontade política para traduzir em comportamentos racionais aquilo que vai nos corações de todos nós. Esta cerimónia só ganhará sentido, só ultrapassará o carácter de mera exibição de ritos antigos, por mais solene e significativo que seja a sua liturgia, se dela resultar algum contributo capaz de despertar nos responsáveis políticos dos nossos dois países a consciência de que é imperioso aproximar efectivamente Portugal e o Brasil. No plano económico, decerto. Mas, *sobretudo*, no domínio da ciência, da arte e da cultura. E as universidades têm aqui uma palavra a dizer.

Sei bem, como o nosso épico, que «qualquer grande esperança é grande engano». Mas direi também, usando de novo as palavras do Poeta, que estamos fartos de ver “ (...) quantos enganamentos/Faz o tempo às esperanças”...

Senhor Presidente Tancredo Neves:

A Universidade de Coimbra encontra-se há séculos intimamente ligada à vida e à cultura da Pátria irmã do Brasil. Fundada por um rei “plantador de naus” – de cuja plantação saíam as naus que dois séculos mais tarde pela vez primeira aportaram à ‘ilha’ de Vera Cruz –, desta outra árvore ‘plantada’ pelo nosso rei lavrador partiram também alguns ‘rebentos’ que se contam entre os maiores da história brasileira. De Coimbra partiram Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Na Faculdade de Direito de Coimbra licenciou-se, doutorou-se e ensinou José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos mais destacados obreiros da independência da Pátria brasileira. Daqui partiram muitos outros dos que ajudaram a transformar a «ilha» descoberta em 1500 no grande continente que é hoje a nação brasileira.

E ao virdes aqui neste dia pedir que vos seja concedido o grau de Doutor, que a nossa tradição consagra como “a maior dignidade da República das Letras”, quereis por certo, Senhor Presidente Tancredo Neves – como já o fizeram antes de vós os Presidentes Café Filho e Kubitschek de Oliveira –, homenagear e honrar esses ‘plantadores de naus’ e construtores de pátrias, honrando e homenageando esta nossa Universidade.

E, ao receber-vos hoje aqui como quem recebe um filho que regressa a casa, a Universidade de Coimbra está sem dúvida a recordar e a celebrar os feitos e “obras valerosas” dos milhões de portugueses que desde 1500 partiram para terras de Vera Cruz e por lá ficaram entregues à tarefa exaltante e à luta diária que tem sido e continua a ser a de construir esse grande País que é o vosso e nosso Brasil.

Ao honrar o nosso hóspede de hoje, Senhor Vice-Reitor e queridos colegas, a Universidade de Coimbra está afinal a honrar a nossa própria história – história de grandezas e misérias, que umas e outras temos de assumir por igual –, a história de um

povo que, no afã de “dar novos mundos ao mundo” e de construir novas pátrias, se terá esquecido da tarefa indeclinável e inalienável de consolidar e engrandecer a sua própria Pátria. Por isso, encerrado o império, eis que nos encontramos “aqui, onde o mar se acabou e a terra espera” (para usar as palavras de José Saramago), um tanto desorientados talvez, perdidos no meio das dificuldades acrescentadas deste tempo de crise, mas esperançados em que saberemos construir para todos os portugueses um futuro digno da nossa história de povo civilizado.

Ao honrarmos o homem que os brasileiros escolheram para ser o primeiro de entre eles na hora em que se aprestam para iniciar mais uma etapa da sua gesta colectiva, apostados em construir uma *República Nova*, estamos a honrar, acima de tudo, os milhões de brasileiros que por todo o Brasil o aplaudiram e acarinharam, que com ele lutaram pela liberdade e pela democracia, que o impuseram como Presidente legítimo do Brasil.

Mas de entre todos os brasileiros a quem desta forma oferecemos a nossa solidariedade fraterna eu destacaria, Senhor Presidente, os milhões de *Severinos* que continuam a morrer no Brasil “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia”, como dizem os versos ternos de João Cabral de Melo Neto. E deixaria uma palavra especial de muito amor para os milhões de meninos do seu País que, como os *Capitães da Areia* do livro de Jorge Amado, “vestidos de farrapos, sujos, semiesfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, são, em verdade, os donos da cidade, os que a conhecem totalmente, os que totalmente a amam.” Os que um dia hão-de construir a cidade, acrescentaria eu.

Com eles e por eles vale a pena lutar e vencer. E Vossa Excelência, senhor Presidente Tancredo Neves, lutou e venceu. Que em Maio de 1988, quando comemorardes um século sobre a abolição da escravatura no vosso País, possais ter lançado as bases para que nenhuma outra ‘escravatura’ subsista em terras brasileiras. Este o voto que aqui formulo, com a clara consciência de que não são fáceis de resolver os problemas que se vos deparam. “Substituir as rodas do trem em plena marcha” – assim resumiu a situação, em estudo recente, um economista e universitário brasileiro que muito admiro, Celso Furtado. Mas penso igualmente que ele tem razão quando diz que “o essencial (...) é recuperar a liberdade de acção, assumir a plena responsabilidade pelos destinos do País.” Ora a mudança que a eleição de Vossa Excelência anuncia significa

isso mesmo: o povo brasileiro recuperou a liberdade de acção e assumiu a responsabilidade pelos destinos do País!

Por todas as razões que Vossa Excelência conhece muito melhor do que eu, o Brasil vive uma hora de preocupação. Mas esta é também uma hora de júbilo, porque está a chegar ao fim uma noite que já leva mais de vinte anos. Esta é, sobretudo, uma hora de esperança, uma esperança que Vossa Excelência encarna. Esperança que nasce da consciência de que –como escreveu Darcy Ribeiro, há pouco citado – “o atraso e a pobreza não são factos naturais e necessários e só persistem porque são lucrativos para certos grupos internos e externos.” O povo brasileiro que o escolheu para seu Presidente dar-lhe-á a força indispensável para vencer os obstáculos e as resistências, para transformar em realidade a profecia da canção de Chico Buarque: “Amanhã há-de ser/ Outro dia.” Tenho a certeza disso, Senhor Presidente: amanhã há-de ser outro dia para o povo brasileiro. Porque ninguém o vai proibir “Quando o galo insistir/ Em cantar/ Água nova brotando/ E a gente se amando/ Sem parar.”

Quisemos acolhê-lo festivamente como um dos nossos, para lhe testemunhar, Senhor Presidente Tancredo Neves, o nosso desejo de partilhar consigo e com o povo brasileiro a sua preocupação, o seu júbilo e a sua esperança. Este é, se bem o interpreto, o significado mais profundo desta cerimónia soleníssima. Esperamos ansiosamente chegue o momento de vir ocupar o seu lugar nos cadeirais para podermos trocar os abraços de paz e fraternidade a que o ritual não retira antes acrescenta calor humano.

Senhor Vice-Reitor

Os méritos pessoais, a autoridade moral e a representatividade do doutorando bastariam para que fosse afirmativa a resposta de Vossa Excelência ao pedido formulado pelo Senhor Tancredo de Almeida Neves. Seriam, pois, dispensáveis as minhas toscas palavras de elogio. Mas a consciência de que elas não fariam falta nesta cerimónia mais se firma em mim pelo facto de Tancredo Neves se fazer acompanhar neste Acto Solene de um abonador tão qualificado como é o Doutor Rui de Alarcão, professor ilustre da nossa Faculdade de Direito e Reitor da Universidade de Coimbra. O respeito e a

consideração de que goza junto dos seus pares, o prestígio e a autoridade que vem granjeando junto de toda a comunidade universitária fazem dele o melhor garante de que bem andou a minha Faculdade quando resolveu propor a concessão do grau de Doutor *Honoris Causa* a Tancredo Neves.

Cabe ao meu colega Doutor Guilherme de Oliveira dizer nesta sessão – e ele o dirá muito melhor do que eu seria capaz de dizer – das qualidades que fazem de Vossa Excelência, Senhor Doutor Rui de Alarcão, um cidadão respeitado, um professor prestigiado, o Reitor eleito pelos professores, estudantes e funcionários da sua Universidade. E nada acrescentariam ao seu prestígio e à sua autoridade de Professor e de Reitor ou à consideração e respeito que todos lhe devotam as palavras que eu aqui dissesse para realçar os seus méritos. Limito-me, por isso, a aproveitar esta oportunidade para lhe testemunhar, como seu antigo aluno – e, desde então, seu amigo e admirador –, a alegria que sinto ao vê-lo nesta cerimónia a apadrinhar o ilustre doutorando cujos merecimentos tive a honra de apresentar perante o claustro universitário aqui reunido. Ao abonar, como Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, o doutorando Tancredo Neves, Vossa Excelência ofereceu-lhe automaticamente o apoio entusiástico de toda a Congregação dos Doutores. E como poderia Vossa Excelência, e como poderíamos nós, sem negar a nossa própria história, deixar de apadrinhar o representante legítimo do povo irmão do Brasil quando ele se dirige à Universidade de Coimbra a solicitar que o receba como um dos seus Doutores?

Senhor Vice-Reitor

Termino, que já vai longa esta fala.

Para cumprir inteiramente o mandato com que me honrou a minha Faculdade, resta-me solicitar-lhe que imponha as insígnias doutorais ao senhor Tancredo de Almeida Neves. Creio sinceramente que, fazendo-o – e estou certo de que jubilosamente o fará –, Vossa Excelência praticará não só um acto de justiça para com o doutorando, mas também um gesto de fraterna amizade e de solidariedade total com o povo brasileiro aqui presente na pessoa ilustre do seu Presidente eleito.